

“Guardião da memória”: A documentação sobre o Corpo de Saúde do Exército no Brasil do século XIX e possibilidades de pesquisa no AHEx-RJ

*“Guardian of Memory”: Documentation about the Brazilian Army Health Services in 19th century and research possibilities at AHEx-RJ*

*“Guardián de la memoria”: Documentación sobre el Cuerpo de Salud del Ejército en el Brasil del siglo XIX y posibilidades de investigación en AHEx-RJ*

Vanessa de Jesus Queiroz <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa possibilidades de pesquisa no Arquivo Histórico do Exército- RJ (AHEx-RJ) a partir da documentação do Corpo de Saúde da mesma instituição referente aos anos de 1865 a 1867, produzida durante a Guerra da Tríplice Aliança. Com sustento teórico nos conceitos de *Operação Historiográfica*, de Michel de Certeau, *Memória*, de Paul Ricoeur e *Epistemologias do Sul*, de Boaventura Santos e Paula Meneses, é defendida hipótese que afirma a importância do referido acervo para pesquisas oriundas de motivações diversas, inclusas as de caráter civil e não institucional. Sublinha-se a necessidade de pensar os arquivos militares brasileiros como lugares com rico potencial para fortalecimento dos movimentos de renovação historiográfica, que precisam ser ocupados de forma a cambiar sua imagem de instrumentos restritos ao público militar, masculino e branco.

**Palavras-chave:** Operação Historiográfica, Arquivo Histórico do Exército- RJ, Corpo de Saúde do Exército.

**Abstract:** This article analyzes research possibilities in the Arquivo Histórico do Exército (AHEx- RJ, Brazil) based on the documentation of the Health Services of the same institution during the years 1865 to 1867, written during the Paraguayan War. With theoretical support in the concepts of Historiographic Operation, by Michel de Certeau, Memory, by Paul Ricoeur and Epistemologies of the South, by Boaventura Santos and Paula Meneses, a hypothesis is defended that affirms the importance of the Archive in focus to research interested in military history and non-military history. Supports the idea that one should to think of Brazilian military archives as places with high potential for strengthening historiographical renewal

---

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. E-mail para contato: vanessa\_djq@hotmail.com .

movements that need to be occupied in order to change their image of instruments restricted to the military, male and white public.

**Keywords:** Historiographic Operation, Arquivo Histórico do Exército (RJ, Brazil), Brazilian Army Health Service.

**Resumen:** Este artículo analiza posibilidades de investigación en el Arquivo Histórico do Exército (AHEx- RJ, Brasil) a través de la documentación del Cuerpo de Salud de la misma institución referente a los años 1865 a 1867, producida durante la Guerra de la Triple Alianza. Con apoyo teórico en los conceptos de Operación Historiográfica, de Michel de Certeau, Memória, de Paul Ricoeur y Epistemologías del Sur, de Boaventura Santos y Paula Meneses, se defiende una hipótesis que afirma la importancia del citado acervo para investigaciones surgidas de motivaciones enfocadas en historias militares y no militares. Enfatiza la necesidad de pensar los archivos militares brasileños como lugares con rico potencial para fortalecer los movimientos de renovación historiográfica, que necesitan ser ocupados para cambiar su imagen de instrumentos restringidos al público militar, masculino y blanco.

**Palabras clave:** Operación Historiográfica, Arquivo Histórico do Exército (RJ, Brasil), Cuerpo de Salud del Ejército Brasileño.

\*\*\*

### Considerações Iniciais

Neste artigo perscrutamos caminhos e possibilidades de pesquisa no Arquivo Histórico do Exército- RJ (AHEx-RJ). Partimos da assertiva de que o referido local, que detém diversos acervos, é profícuo recurso para pesquisadores (as) interessados (as) na História do Brasil, não somente no que tange às instituições militares, mas também a vários outros tópicos inseridos no campo da História Social. Para exemplificar nossa hipótese, aqui preconizamos a documentação do Corpo de Saúde do Exército (CSE) produzida nos primeiros anos da Guerra da Tríplice Aliança.

A importância da temática central de nosso texto ascende em pelo menos duas razões neurais. A primeira se refere à apresentação e à valorização dos arquivos históricos do Brasil que, sobretudo no último quadriênio, têm enfrentado uma série de dificuldades para suas manutenções física e institucional. O incêndio no Museu Nacional em 2018, as tensões entre diferentes autoridades acerca de políticas de digitalização e preservação dos papéis originais, os conflitos sobre transparência e direito de acesso a dossiês específicos, as rarefeitas verbas

governamentais destinadas à manutenção dos espaços físicos e à profissão de pesquisador (a) no país, as vicissitudes negativas ocasionadas pela pandemia de COVID-19 e outros são exemplos da grave crise em que os acervos históricos brasileiros se encontram.

A segunda, que se fortalece em tempos onde as recomendações de máximo isolamento social possível ainda perduram, concerne ao compartilhamento de informações. Distância geográfica, tempo limitado, controle de custos e outras cifras do planejamento do trabalho de pesquisa por vezes inviabilizam a tarefa de mapeamento completo de todos os arquivos brasileiros. Desse modo, neste artigo objetivamos, outrossim, colaborar com a apresentação do AHEx-RJ na condição de local com potencial ainda pouco explorado no que diz respeito às possibilidades de investigações históricas.

Nosso texto está estruturado em três eixos. Um deles explana o Arquivo, com destaque para informações de história da instituição, estrutura física, dinâmica de recepção aos (às) pesquisadores (as) e os acervos sob a guarda daquele. Outro salienta a documentação do CSE durante a Guerra *Guasú*. O final discute especificamente as possibilidades e limites de um trabalho histórico/historiográfico com a documentação do Arquivo do Exército, a partir do exemplo do Corpo de Saúde. As categorias de Operação Historiográfica (ou Escrita da História), conforme proposta por Michel de Certeau (2010), a de Memória, como demonstrada por Paul Ricoeur (2007) e a de Epistemologias do Sul, como apresentada por Boaventura Santos e Paula Meneses (2010), embasam a parte teórico-conceitual da discussão que aqui suscitamos.

Quanto ao conceito de Michel de Certeau, aparece como fundamental ao debate aqui proposto por versar sobre uma das facetas mais evidentes e atestadoras do trabalho do (a) historiador (a): nossos escritos. A operação historiográfica, de escrita da História, que implica tornar processos complexos em textos inteligíveis para clarificá-los bem a quem não pôde acompanhar todas as muitas fases de estudo que compõem uma pesquisa, é vista como uma ação na qual o ato de escrever é indissociável das considerações sobre a metodologia científica e referenciais sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade e período nos quais se escreve. A categoria envolve a conexão entre teoria e prática, por meio do apontamento de que toda problematização se vincula ao lugar social de produção de um texto (e pesquisa que o originou), mas que as inquietações motivadoras só se tornam historiografia

porque são mediadas por práticas científicas que definem critérios próprios da História como ciência, diferenciando-a de outras abordagens.

A pesquisa nos arquivos se insere na dita conexão, uma vez que levamos a eles nossas inquietações construídas de acordo nossa própria época, onde atuamos como pesquisadores (as). Mapear e conhecê-los faz parte do processo metodológico, das práticas científicas que nos ajudam a planejar nossas ações. O mesmo autor diz que o trabalho histórico lida com a “ressurreição dos mortos”<sup>2</sup>. Esta, que concede centralidade a personagens, instituições e questões adormecidas até que sejam por nós postas em cena, trata-se de um reviver múltiplo, pois muitas são as possibilidades de serem retomadas a depender do viés adotado. Um mesmo episódio histórico pode ser analisado de vastas e diferentes maneiras. Metaforicamente, os acervos históricos constituem-se em “cemitérios propícios ao ato da ressurreição” (metodologicamente controlada).

A complexa categoria de Memória, conforme apresentada por Paul Ricoeur, aparece como fundamental quando o autor aponta uma de suas primordiais funções: a de reapropriação de um passado. O conceito exige que pensemos que o movimento de evocar algo ocorrido e fornecer sentidos específicos a ele exige grandes cuidados e responsabilidade. A noção de Memória está atrelada ao fazer História e, por conseguinte, à produção do conhecimento historiográfico. Os escritos que produzimos são potencialmente responsáveis por outras memórias que serão produzidas, com capacidade de influenciar pensamentos e ações. Envolvem, ainda, a consciência de que quando produzimos informação necessariamente produzimos silêncios.

As fontes com as quais trabalhamos nos arquivos também carregam esta característica. São complexas “mortas-vivas”, tendo em vista que por trás dos papéis existem negociações, conflitos e uma rede de propósitos e sujeitos que desenham lógicas próprias a cada um deles. Escolhas do que evidenciar ou não e demandas específicas de seus contextos de produção fazem parte da história dos documentos resguardados. Estes se tornam nossos orientadores por originarem e/ou ajudarem a esclarecer os problemas que a eles colocamos, mas também devem ser objetos sujeitos ao olhar crítico, desconfiado, desses que não devem esquecer o ato de questionar, já que todo documento escrito é construído com certa (s) intenção (s) de convencimento.

---

<sup>2</sup> CERTEAU, 2010, p.106.

Epistemologias do Sul, grosso modo, é uma proposta que faz referência direta à objeção de perspectivas colonizadoras, de teorias do conhecimento que por muito tempo predominaram definindo o “norte”, que estava em cima, em detrimento de quem ficaria em baixo, o “sul”. Mais do que uma divisão geográfica, o norte epistêmico seria responsável pelo apagamento violento dos direitos dos não pertencentes a ele. Um desses direitos é o protagonismo de pesquisa e escrita de negros (as), mulheres e outras parcelas sociais. É importante que pensemos os arquivos como lugares de resistência, a serem ocupados pela decolonialidade na teoria e na prática. A consideração é particularmente válida aos arquivos militares no Brasil, por diversas causas ainda muito restritos à pesquisa majoritariamente institucional/interna, masculina e branca.

A perspectiva metafórica de Michel de Certeau, onde a morte ganha caráter peculiar de ligar-se à vida que fornece substrato ao trabalho histórico- cuja historiografia é a principal forma de demonstrar-, é a única aceitável ao relacionarmos morte e arquivos. Intentamos que nosso artigo se junte a vários outros esforços preocupados em evitar o desfalecimento literal de nossos acervos.

### **“Guardião da Memória Documental do Exército Brasileiro”: O Arquivo Histórico do Exército (AHEx-RJ)**

A vinda da família real para o Brasil em 1808 marcou o começo de um processo de graduais e intensas transformações no futuro país independente que, àquela altura, era ainda colônia de Portugal. A presença de Sua Majestade Imperial em terras brasileiras originou novas perspectivas em termos socioculturais, econômicos e políticos. A criação de instituições pode ser apontada como parte fundamental do supracitado momento, que contou com a ascensão de órgãos como as Escolas de Medicina e Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, o Banco do Brasil e o Arquivo Histórico do Exército - alvo de nossas ponderações.

O AHEx foi criado em abril de 1808, por ordem de D. João VI. Com a denominação de Real Archivo Militar, tinha por missão a preservação da integridade de cartas particulares e gerais, bem como de documentação geográfica e topográfica do Brasil e seus domínios ultramarinos, incluindo papéis de interesse para Ministérios da época, a exemplo do de Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Ainda que seja, desde sua criação, incumbência direcionada ao Exército Brasileiro, só foi agraciado oficialmente com o título de organização militar<sup>3</sup> em 1934, ano em que também recebeu o nome de Arquivo do Exército. Seu título atual, de Arquivo Histórico do Exército, data de 1986.

Hoje o AHEx está localizado no 6º andar do Palácio Duque de Caxias RJ, antiga sede do Ministério da Guerra. Panfletos institucionais informam que sua missão central é:

[...] Conservar e manter a memória institucional do Exército Brasileiro por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental da Instituição, garantindo ao cidadão o pleno acesso à informação na defesa de seus direitos, aos pesquisadores, a fim de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural e subsidiar informações institucionais no apoio às decisões dos escalões superiores da Força Terrestre [...] <sup>4</sup>

A organização interna do Arquivo encontra-se dividida em departamentos. A Divisão de Difusão e Acesso (DDA) é responsável pelo atendimento direto ao público interno e externo, com os serviços de apoio ao (à) consultante, à pesquisa institucional, à cultura, à educação e à emissão de documentos probatórios. A Divisão de Guarda do Acervo (DGA) faz a custódia, acondicionamento, manutenção orgânica e gestão de localização dos dossiês de organizações militares extintas e ativas. A Divisão de Gestão Documental (DGD) é incumbida da administração de documentos, no que concerne a ações como acompanhamento da legislação arquivística vigente no país e listagem de eliminação de documentos (LED). Por fim, a Divisão de Processamento Técnico (DPT) é encarregada de atividades voltadas a reduzir a degradação física dos acervos sob a guarda do AHEx.

Quatro são os tipos de acervos listados na base de dados do Arquivo em pauta. O Documental reúne papéis de organizações militares e outros órgãos extintos do Exército brasileiro, a exemplo dos assentamentos e registros de funcionários que a ele serviram. O Escrito abrange manuscritos e impressos referentes a ações gerais da instituição militar ao longo de sua existência. O Especial é constituído de fotografias, gravuras e vídeos, com destaque para a participação do Exército em eventos como a Segunda Guerra Mundial, a

---

<sup>3</sup> Uma organização militar (OM) é um órgão do Exército Brasileiro que possui denominação, quadro de pessoal e lógica organizacional/gestão próprios, em consonância com a própria administração interna da instituição militar. O AHEx é uma OM imediatamente subordinada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército.

<sup>4</sup> O trecho foi extraído de um informativo que nos foi fornecido pelo AHEx e não possui datação exata. Optamos por convencionar 2022 por ter sido este o ano em que o material nos foi entregue, durante a visita técnica realizada, na qual fomos, ainda, informadas sobre a atualidade vigente do mesmo.

Campanha do Contestado e a Ditadura Civil-Militar de 1964<sup>5</sup>. O Cartográfico é composto por mapas e plantas produzidos entre o século XVII e as primeiras décadas do XX.

O acesso aos documentos escritos, iconográficos e cartográficos necessita de agendamento prévio, realizado por e-mail registrado no *site* do Arquivo Histórico do Exército, plataforma onde também é possível consultar informações gerais e instrumentos de pesquisa disponíveis.

A estrutura do andar onde o AHEx está situado conta com uma sala do (a) pesquisador (a), próxima à sala dos (as) estagiários (as). O cômodo de pesquisa se localiza perto de estantes onde parte dos documentos é mantida, mas em compartimento à parte. Possui uma mesa grande para separação e fotografia dos documentos e mais três menores com capacidade para duas pessoas cada. Ar condicionado e pequenas lixeiras tampadas, além, é claro, de luvas e álcool em gel<sup>6</sup>, estão disponíveis ao (à) consulente. O (a) pesquisador (a) pode se utilizar de itens como folhas, canetas, lápis, celulares e máquinas fotográficas. Bolsas e demais objetos devem ser deixados em um gaveteiro guarda-volumes, cuja chave fica sob responsabilidade do (a) dono (a) dos pertences.

Quanto à documentação do Corpo de Saúde do Exército (CSE), acervo especificamente preconizado neste artigo, é fundamental destacar que faz parte da documentação geral sobre Guerra do Paraguai, que também conta com documentos de outros departamentos do Exército Brasileiro durante o confronto. Uma lista de material disponível para consulta no AHEx, resultado de um extenso e útil trabalho de catalogação realizado com a ajuda de estagiários (as), menciona três eixos temáticos dos acervos: documentação geral sobre a Guerra, livros azuis- compilados de índices, baixas em hospitais e outros versos-, e dossiês do Corpo de Saúde

Ao finalizar esta concisa apresentação do AHEx, nos cabe, ainda, incitar uma breve reflexão que é, de certa forma, uma das bases de nosso argumento. Trata-se de pensar a ideia de “guardião da memória documental do Exército Brasileiro”, alcunha atribuída pela gestão do Arquivo ao mesmo órgão. Toda memória documental traz em si memória social ligada aos seus contextos de produção e preservação. Silêncios propositais e não propositais permeiam diretamente a guarda de documentos, conforme atesta a existência de repartições como a

---

<sup>5</sup> Chamada nos papéis internos do Exército de “Revolução”.

<sup>6</sup> Recurso instituído devido à pandemia de COVID-19.

DGD. Exemplo de causa dos ditos silêncios pode ser apontado na própria lógica de linguagem e estrutura formal dos documentos produzidos, que muitas vezes seguiam padrões documentais definidos pelo Exército como instituição, o que deixava muitas informações de fora dos mesmos. Não podemos esquecer, de igual modo, que as ocorrências inerentes ao campo de batalha traziam peculiaridades variadas a certos maços preservados.

Devemos ponderar que a memória documental do Exército não referencia apenas o Exército. Uma série de outras pessoas e instituições civis fazem parte das motivações e possibilidades de produção dos documentos militares, assim como de sua preservação e uso passado e atual como fontes históricas.

### **A documentação do Corpo de Saúde do Exército**

A documentação do CSE para os primeiros anos (1865-1867<sup>7</sup>) da Guerra da Tríplice Aliança é mormente composta por ofícios e pelas chamadas fês-de-ofício. Arquivisticamente organizados sob a notação “BR RJ AHEx RE GP Sau OP” e/ou em dossiês separados por pastas numeradas, os primeiros contêm, em média, de 1 a 5 páginas de extensão cada. Os segundos tendem a serem maiores, por vezes chegando a mais de uma dezena de folhas cada.

Os ofícios evidenciam a correspondência entre autoridades médicas e não médicas, dentro e fora do campo de batalha. Neles abundam principalmente autorias militares, mas também aparecem civis que atuavam junto ao Exército no confronto. Registros de inspeções de saúde, pedidos de medicamentos, informes sobre transferências de doentes, abertura e fechamento de hospitais, ocorrência de doenças epidêmicas ou esporádicas, apresentação de sujeitos para o serviço de saúde, reclamações sobre desobediências, mapas de movimento das enfermarias, mortuários e nosológicos, solicitações de materiais para barracas, alimentos e outros recursos necessários, atestados de serviços médicos, chegada de estudantes de medicina e outros integram a gama dos muitos assuntos abordados nos ofícios.

As fês-de-ofício são documentos comprobatórios da credibilidade dos serviços prestados durante a Guerra do Paraguai ou mesmo antes dela. No que participa ao Corpo de Saúde do Exército, nos permitem perceber considerável parcela da lógica institucional e do cotidiano dos médicos no teatro da batalha. Os doentes e auxiliares, a exemplo de sujeitos

---

<sup>7</sup> O ano de 1866 encabeça o ranking de maior número de documentos dentre o período mencionado.

designados ao trabalho de enfermeiros, se constituem em parte fundamental dos ditos papéis, ainda que nas entrelinhas, em justificativa à necessidade e alvo do tal bom trabalho dos doutores registrados nas fês. É imprescindível sublinhar que no Arquivo em questão encontram-se predominantemente os dossiês dos esculápios militares de carreira, de modo que são deveras mais rarefeitas as informações sobre os filhos de Hipócrates que prestavam serviços honorários.

A maior presença das fês-de-ofício de militares de carreira- aqueles que coadjuvavam o serviço de saúde desde antes da Guerra da Tríplice Aliança-, em relação a dos doutores honorários – aqueles que não eram obrigatoriamente militares de carreira anteriormente à eclosão do conflito-, explica-se, em grande parte, pela concepção do Arquivo como “guardião da memória documental do Exército Brasileiro” que acompanha a história da instituição desde o século XIX. Há pouco dissemos que o AHEx conta não só a história do Exército, mas também de outras pessoas e entidades relacionadas. Contudo, é fundamental não perder de vista que uma lógica profissional interna de comprovação do Exército como instituição honrada afetou e afeta diretamente a política de guarda documental. Nos oitocentos brasileiros, um período marcado por diversos grupos oferecendo ao Estado seus próprios projetos de nação ideal, onde variadas parcelas profissionais buscavam aproximar-se daquele para ajudarem a direcionar os futuros do Brasil, não surpreende que militares buscassem demonstrar seus valores e utilidades. Em outra configuração social, este objetivo perdura até os dias atuais.

Ainda que as duas tipologias documentais descritas componham a maior parcela em termos numéricos da documentação do CSE para os primeiros anos do confronto da Tríplice Aliança contra o Paraguai, é necessário ressaltarmos que não se constituem como as únicas fontes que têm na saúde sua mola mestra.

Já dissemos algo acerca dos livros azuis, que se configuram como registros de entradas e saídas em hospitais, revelando personagens que ultrapassam o quadro de funcionários militares. Porém, também encontramos a rede da saúde presente em outros tipos de papéis, a exemplo dos dossiês de pensões do pós-Guerra do Paraguai. Muito embora alocados fora das caixas do CSE, trazem, por vezes, o tema das pensões por invalidez, que envolve, direta ou

indiretamente, a questão da autoridade dos laudos médicos e da saúde dos militares que serviram ao Exército durante a peleja<sup>8</sup>.

Uma das principais facetas que transforma os papéis institucionais do Exército em fontes históricas faz parte da tal operação historiográfica conduzida pelos (as) historiadores (as), sujeitos que são, de igual forma, parcialmente responsáveis pela transformação de relatos, oficiais ou não, em memória.

Para Michel de Certeau, o resultado de tal processo advém de uma tripla composição que abrange lugar social, procedimentos metodológicos analíticos e texto construído. A tríade se complementa. O primeiro aspecto evoca, principalmente, o lugar institucional da pesquisa e do (a) pesquisador (a). Um problema de pesquisa, que motiva uma investigação em uma documentação, envolve as escolhas acadêmicas e inclinações pessoais no que se relaciona à identificação com um tema, escolhas estas influenciadas pela posição e função sociais do (s) historiador (a) enquanto cientista que possui, ainda, motivações e concepções outras acerca da tal função social da História. Estas se ligam diretamente ao lugar institucional ocupado pela mencionada ciência, sendo a vinculação com uma instituição (geralmente universidades) sua principal forma de parâmetro e legitimação.

O meio acadêmico é figura central ao segundo aspecto, que é o que define os padrões de controle metódico exigidos para diferenciar uma pesquisa criteriosa, dita científica, de uma análise qualquer sobre os acervos. Por fim, a construção textual, a parte mais palpável de averbação do trabalho histórico e historiográfico, é a responsável por tornar inteligíveis as objetividades e subjetividades que mapearam o processo de pesquisa.

No que diz respeito especificamente ao uso da documentação do CSE como fonte histórica, sabemos que o trabalho de pesquisa é suscitado pelas tais motivações pessoais e institucionais. Para recorrer a ela, o (a) historiador (a) deve interessar-se em história militar, história militar da saúde, história institucional do Brasil, história da medicina brasileira oitocentista ou em alguma das outras grandes áreas que a catalogação do acervo em questão perpassa. A linha de pesquisa – se é história social, se é história das ideias, se é teoria e historiografia, etc.-, guiará a perspectiva institucional e padrões de análise do material

---

<sup>8</sup> Sobre o tema, ver: ALVES, Álvaro; RODRIGUES, Fernando da Silva. *Reintegração social dos militares do Exército de Linha e dos voluntários da Pátria no Pós-Guerra do Paraguai*. In: FERREIRA, Leonardo da Costa; LOUREIRO, Marcello José Gomes; NETO, José Miguel Arias (orgs.). *O Legado de Marte. Olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Appris Editora, 2021. pp.303-319.

coletado. Ademais, definirá a forma de escrita do texto responsável não só por evidenciar argumentos centrais, mas também pela demonstração de como a pesquisa foi feita, elemento indispensável para a validação científica de uma historiografia. Para trabalhar com a documentação do serviço de saúde do Exército, as lógicas do AHEx como instituição também deverão ser abordadas, assim como a perscrutação, ao máximo possível, das condições institucionais de produção dos documentos. O acervo aqui preconizado merece especial atenção, pois além das tais condições de produção institucionais habituais, contou com a ocorrência extraordinária de uma guerra de grandes proporções justificando sua existência.

A historiografia, que apresenta a metodologia e as hipóteses defendidas por uma pesquisa, é o produto que concretiza a transformação dos relatos, de acordo Certeau “ressuscitados”, em memória histórica. Os registros em relatos, produzidos com diversos propósitos (nem sempre apenas os institucionais), trazem consigo intuitos que se conectam à uma ou mais intenções de construção de memória, no sentido de histórico de algo que estava sendo feito, portanto registrado. Este algo era motivado por objetivos dos sujeitos autores dos papéis trabalhados. A operação historiográfica, que abrange ainda a conversão dos registros em memória sobre eles, tenta captar as tais intenções e, mais do que isso, abrir um leque do “não dito”, que faz parte de um trajeto metodológico focado nas entrelinhas e configurações contextuais, tendo em vista que quem produzia a fonte, via de regra, não a estava produzindo especificamente para servir a nós, historiadores (as) de outros tempos, como objeto de pesquisa.

Nosso uso da documentação do CSE produz não apenas memória, em termos de impressões e concepções sociais e históricas, sobre o mesmo. Em certa instância, cria, ainda, memória sobre medicina militar, medicina civil, sobre o Exército como instituição, sobre a história da burocracia no Brasil e outros nichos temáticos. Uma vez que toda construção de memória implica a consolidação de silêncios e possibilidades de abuso da memória construída como relato nas fontes trabalhadas, a consideração de lugares sociais e institucionais – dos (as) pesquisadores (as) e de produção da documentação-, a necessidade de uma metodologia científica na análise das fontes e o cuidado na transformação dos nossos passos metódicos em um texto preocupado em dialogar de forma clara com interlocutores (as) plurais, demonstra que junto às possibilidades temáticas e teóricas diversas de trabalho com o acervo do serviço

de saúde do Exército nos primeiros anos da Guerra da Tríplice Aliança, encontra-se uma responsabilidade inerente à função social e profissional dos (as) historiadores (as).

Outro aspecto chave ao considerar a documentação do CSE, além dos dilemas envoltos pelo trabalho de pesquisa histórica, é seu estado de conservação física. Entre caixas e pastas, os documentos disponíveis para consulta somam a cifra de algumas centenas de páginas. No entanto, é fundamental considerar que existem limitações analíticas que abrangem as condições materiais destes muitos papéis. Mais de um século de salvaguarda fez com que a documentação passasse por diferentes espaços físicos e políticas de preservação e organização, o que causou e causa danos temporais justificados pela duração longa dos escritos. O combate a tais danos se torna tarefa ainda mais árdua quando se considera a ação de diferentes agentes – os microrganismos naturalmente atraídos pelas folhas velhas, o manuseio inadequado das mesmas por pesquisadores (as) inexperientes, os acidentes de transporte e outras ocorrências agravadas pela deterioração avançadas de muitos dos documentos. Mesmo perante intensas e constantes tentativas de restauração realizadas pela equipe do AHEx, existem graus de degradação que tornam impossível recuperar a legibilidade de algumas folhas ou ao menos de parte delas.

Parcelas da documentação do CSE foram perdidas e outras contêm lacunas diversas, justificadas pela lógica de produção contextual, das quais podemos citar, a título de ilustração: a pressa oriunda do caos e muitas tarefas do momento do confronto no Paraguai, que fazia com que fichas e formulários não fossem preenchidos por completo; as siglas e abreviações próprias aos grupos correspondentes, que conseguiam saber de quem se falava indicando apenas iniciais ou primeiro nome de alguém; os símbolos e caracteres que a nós parecem estranhos, mas para as pessoas envolvidas eram facilmente compreensíveis; a falta de preocupação em utilizar uma caligrafia impecável, entre outras.

### **Uma rede de temas e abordagens: Possibilidades e limites de trabalho com a documentação do Corpo de Saúde do Exército disponível no Arquivo Histórico da mesma instituição**

Em obediência a um dos intuitos centrais deste artigo, o de apresentar ao (à) leitor (a) a documentação presente no AHEx e, conjuntamente, discutir possibilidades e limites de

trabalho com a documentação do Corpo de Saúde do Exército, é pertinente adentrarmos em mais algumas considerações acerca do caráter desses escritos.

Centenas de páginas compõem o acervo do CSE para os anos de 1865-1867. A abundância numérica é acompanhada por uma vastidão de temas descritos. A pluralidade de documentos traz um aspecto em comum no que versa sobre seu uso como objeto da análise histórica. Trata-se da fundamentabilidade de ponderar sobre sua (s) lógica (s) de produção e circulação. Grande parte dos papéis do serviço de saúde disponíveis foi produzida durante o confronto, no teatro da Guerra. Dizemos grande parte porque a correspondência entre sujeitos e autoridades *in e extra* batalhas por vezes estendia a demarcação em questão.

Dentre as folhas disponíveis para consulta nos dossiês do Corpo de Saúde predominam aquelas produzidas sob padrões coerentes com a burocracia institucional da época, aguçada pela ocorrência da Guerra da Tríplice Aliança, que tornou ainda mais premente a necessidade de produção e circulação de informações devido a motivos múltiplos, que iam desde a montagem de estratégias de ação até o intuito de informar a inquieta população, fora do campo da batalha, pelas páginas da imprensa. Dito de outro modo, as fontes integrantes do CSE têm em seu âmago a lógica da burocracia institucional do Brasil Imperial, bem como as das medicinas militar e não militar e da própria hierarquia do Exército. A existência de formulários padrão, que definiam onde deveria constar assinatura do remetente, descrição do destinatário, de que acampamento se escrevia, qual o batalhão de origem e outros informes, assim como as definições hierárquicas de quem era autorizado e/ou obrigado a responder e enviar ofícios, atestam a assertiva.

A tal lógica burocrática também é responsável por diferenciar a tipologia dos papéis do serviço de saúde dos relatos não oficiais, ou seja, aqueles que não obedeciam a ela, como cartas pessoais remetidas a familiares do campo de batalha. Porém, aquela não retira dos chamados documentos oficiais de guerra o caráter de abranger as opiniões pessoais, os conflitos, os diálogos, a tal “carne humana” que Marc Bloch<sup>9</sup> afirma ser alvo do trabalho do (a) historiador (a). Nas entrelinhas dos escritos construídos conforme normas específicas de escrita, tamanhos, tipos de folha, etc., encontramos pessoas e instituições agindo em rede, adaptando estrategicamente propósitos muitos, que mais das vezes ultrapassavam os marcos

---

<sup>9</sup> 2001.

regional e temporal do confronto, para o dito formato burocrático exigido. Um caso oriundo da documentação do CSE, nos ajuda a melhor elucidar a afirmativa:

Quartel General do Commando em Cheffe do Exercito em Operações,  
Acampamento em Tala Corá, 26 de Fevereiro de 1866  
Ilmº e Exmº Snºr,  
De ordem do Exmº Snr General em Cheffe, tenho a honra de passar às mãos de vossa Exª o [...] pedido de medicamentos feito pelo Pharmaceutico da 3ª secção, aberto com o officio por copia do cheffe da mesma, afim de que V. Exª a vista delle de digna providencia como julgar conveniente.  
Deus guarde a V. Exª.

A transcrição acima descreve ofício de José Ferreira da Silva Junior para o cirurgião-mor do Exército, Dr. Feliciano Pereira de Carvalho, contendo pedido de medicamentos feito por um farmacêutico de nome não revelado. Ainda que repleto de lacunas, a exemplo da ausência de listagem anexa contendo os tais remédios solicitados, a correspondência nos possibilita uma série de constatações. Inicialmente, podemos nos indagar acerca da autoria do ofício. A assinatura do mesmo é de José Ferreira da Silva Junior, personagem sobre o qual uma pesquisa bibliográfica detalhada poderia ou não (a depender dos limites de fontes e registros preservados) nos ajudar a conhecer.

Porém, a análise de padrões intrínsecos à própria documentação do CSE nos ajuda a clarificar melhor a indagação. Uma vez que todos os doutores deveriam ser identificados com a sigla “Dr.”, normativa presente nos documentos oficiais produzidos durante a Guerra, mas também antes dela, é possível deduzirmos que José Ferreira não era um doutor, mas outro tipo de autoridade militar. A identificação do cabeçalho, que indica comando em chefe de operações e não especificamente a chefia de um hospital ou corpo de saúde específico, dá substrato à dedução.

Os breves versos nos revelam, ainda, que os cuidados com os serviços médicos envolviam uma rede de autoridades, que iam desde o excelentíssimo general em chefe, figura que legitimava a ação do sujeito que remetia à carta, até o farmacêutico responsável pela solicitação e o destinatário final, Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, cirurgião-mor do Exército. Não devemos perder de vista que a tal “digna providencia” a ser julgada pelo cirurgião-mor exigiria a ação de outras pessoas. Em caso de validação da solicitação, por exemplo, Pereira de Carvalho contataria um fornecedor de remédios e outras pessoas para tratar do envio dos mesmos. Para a prestação de contas, mais sujeitos apareceriam, até porque

os gastos com os medicamentos eram custeados com orçamento de pautas governamentais como a dos ministérios do Império e da Guerra, de modo que estas instituições estavam, ora de forma direta, ora de forma indireta, imbricadas no processo descrito de forma simples nas poucas linhas do ofício. Caso o cirurgião decidisse realizar o fornecimento com botica de outras seções, teria de fazer o pedido às respectivas chefias, daí a rede de pessoas se expandiria ainda mais.

O documento indica a existência de funções esperadas por cada elo do que aqui estamos chamando de rede da saúde em campo de batalha. Além de cuidar de doentes e feridos, Pereira de Carvalho, assim como seus pares no teatro da guerra, tinha de lidar com a papelada que atestava seus trabalhos para além das suturas, registros de óbitos, vidas salvas, receitas dispensadas, etc. O ofício remetido exigia uma resposta com prazo definido, resposta esta que obedecia ao padrão hierárquico próprio do Exército como instituição.

Uma análise imediata do escrito de 26 de fevereiro de 1866 pode fazer parecer que o cirurgião-mor do Exército era a autoridade decisória na questão do abastecimento da farmácia da 3ª seção. Entretanto, lendo atentamente as linhas do mesmo e, de forma muito recomendável realizando exercício de leitura de outros documentos do CSE a fim de melhor identificar os padrões hierárquicos burocráticos presentes, percebemos que aquele representa, em verdade, uma ordem a ser seguida pelo médico, que deveria agir tão rápido quanto possível para destravar os efeitos do abastecimento inadequado da enfermaria. Caso sanar o problema não fosse possível, Pereira de Carvalho deveria justificar-se. Outra faceta que evidencia o esquema em rede está no fato de que o serviço médico de uma enfermaria hospitalar dependia em boa medida dos recursos de farmácia disponíveis.

Nem sempre é possível encontrar na documentação do CSE para os anos de 1865-1867 os desfechos para pedidos como o de Silva Junior. Muitos anexos e outros ofícios foram perdidos dos dossiês por uma série de razões – muitas delas datadas da própria época do confronto em que foram produzidos. Porém, isto não nos impede de prosseguir com o trabalho histórico. Uma análise cuidadosa preocupada em ouvir a fonte nos permite levantar problematizações que sustentam pesquisas preocupadas em compreender a lógica de produção e circulação de ideias e outras temáticas possíveis, a exemplo do assunto da autoridade médica em campo de batalha. Ao mesmo tempo em que papéis como o ofício demonstram que Pereira de Carvalho recebia ordens e tinha de cumpri-las, evidencia que eles poderiam ser

usados como comprovação dos bons serviços prestados na Guerra, o que rendia condecorações que contribuíam diretamente para quesitos que diferenciavam os *status* sociais e profissionais desfrutados por médicos dentro e fora da Guerra da Tríplice Aliança.

Das poucas linhas que analisamos a título de ilustração de limites e possibilidades de trabalho com a documentação do Corpo de Saúde do Exército, torna-se notável um dos principais desafios do trabalho histórico: lidar com informações nem sempre integralmente disponíveis de forma a não macular a(s) história (s) como contada pelos sujeitos que a (s) registraram nas fontes. Mais que isso, temos a responsabilidade de construir memória histórica sobre tais episódios, num ciclo onde nossas memórias construídas sobre as memórias de outrora são responsáveis em potencial pela criação de novas memórias.

Uma análise em conjunto das tipologias contidas em documentações como a do CSE, que considere tanto as classificações internas ao acervo em questão, quanto as comparações com outros tipos documentais (em âmbito oficial ou não), auxiliam em muito o difícil, necessário e possível processo de pesquisa e construção de argumentos. Arquivos como o AHEx são deveras fundamentais tanto por preservarem um vasto *corpus* documental, quanto por conterem substrato que nos permite aplicar a anteriormente citada metodologia de análise conjunta comparativa.

### **Concluindo (em construção)**

Um dos pontos essenciais do artigo aqui apresentado remete à consideração dos tipos de documentos, a exemplo de ofícios, contidos no acervo do CSE- este mesmo alocado em meio a outras tipologias documentais salvaguardadas pelo AHEx. A observação de formatos e conteúdos de documentos específicos é etapa fundamental da pesquisa histórica, pois mesmo que uma multiplicidade de temas e relatos os permeie, o agrupamento por assuntos e estruturas geralmente é algo possível que em muito auxilia na organização do trabalho.

Lugar de produção, circulação, autoria e outros elementos compõem-se como características centrais a serem ponderadas. No tópico anterior oferecemos um exemplo dentre os muitos temas presentes no acervo do CSE. Além dele, outras possibilidades encontram-se disponíveis na variedade de papéis disponíveis nos dossiês do serviço de saúde dos primeiros anos da Guerra *Guasú*. Os diversos pedidos de inspeção médica e seus

resultados propiciariam uma complexa discussão sobre a importância das alianças políticas e pessoais, de igual modo o questionamento à ética médica esperada; reclamações como a de João José Dorea Polycarpo Cesário de Barros, datada de 1867, afirmando o desrespeito de alguns farmacêuticos ao chefe da repartição de saúde, renderiam uma interessantíssima análise sobre os conflitos internos contidos no conceito de profissional da saúde nos oitocentos brasileiros; denúncias de pedidos de pessoal e material para enfermarias não atendidos e transformados em processos encaminhados para autoridades superiores não médicas possibilitariam uma belíssima discussão sobre os diálogos e embates entre autoridades médicas e não médicas, civis e militares. Enfim, a despeito de limites como algumas lacunas e documentos incompletos, as possibilidades de trabalho com a documentação são vastas.

Atualmente existem no AHEx projetos que objetivam a gradativa digitalização dos documentos presentes no dito arquivo. Entretanto, limitações de verba, pessoal e existência de outras muitas funções desempenhadas fazem com que os mesmos caminhem a passos lentos. A iniciativa é deveras fundamental principalmente no que se refere à preservação das informações ali contidas, mormente porque os documentos sofrem os efeitos de longo tempo de existência e manuseio. É, de igual maneira, produtiva à facilitação do acesso à informação de pesquisa.

É fulcral destacar que a digitalização de documentos não retira dos Arquivos físicos a essência de locais natos de concretização do trabalho histórico. O prazer pelos papéis, a insubstituível orientação geralmente recebida por parte dos profissionais que convivem diariamente e lidam tão intimamente com os acervos, o silêncio que os caracterizam como lugares tão solícitos à pesquisa e outros pontos são elucidativos da impermutabilidade dos mesmos. Resta, no debate sobre a digitalização, o cuidado necessário para a manutenção dos acervos originais, que após o registro em formato digital não devem ser postos numa pilha classificada como desnecessária e descartável. O desafio recai, ainda, no binômio preservação digital *versus* degradação pelo manejo.

Acima das limitações e desafios mencionados ao longo de nosso texto, estão as possibilidades e vantagens de trabalho que arquivos como o AHEx, conforme atesta a documentação do CSE, proporcionam. Afora as que citamos neste artigo, preconizamos precipuamente as que evidenciam a correlação entre o trabalho histórico e o apoio às ditas

epistemologias do Sul. Trata-se do reconhecimento de que Arquivos históricos militares ainda são meios majoritariamente restritos ao público interno/militar, masculino e branco, no entanto também campos abertos a outras ocupações. Como afirma José Murilo de Carvalho no prefácio do livro *O Legado de Marte- Olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai*<sup>10</sup>, a “colaboração entre civis e militares é nova e muito bem-vinda”. Estendemos a assertiva, que corrobora com um dos problemas por nós apontado, aos demais públicos que ainda não fazem parte da plateia usuária assídua dos acervos militares. Ocupá-los com vistas à pesquisa histórica é contribuir ao movimento de renovação que faz da História (e da Historiografia) uma ciência de muitas vozes e perspectivas.

### Referências Bibliográficas

AHEX. *Arquivo Histórico do Exército* (panfleto informativo). Rio de Janeiro, 2022.

BARROS, João José Dorea Polycarpo Cesario de. *Ofício afirmando que alguns farmacêuticos desrespeitaram chefe da Repartição de Saúde*, 20 de dezembro de 1867. In: BR RJ AHEX RE GP Sal Of. , Folder 01, Pasta 09, Manuscrito, 2 pp.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FERREIRA, Leonardo da Costa; LOUREIRO, Marcello José Gomes; NETO, José Miguel Arias (orgs.). *O Legado de Marte. Olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Appris Editora, 2021.

JUNIOR, José Ferreira da Silva. *Ofício para o cirurgião-mor do Exército, Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, com pedido de medicamento feito pelo farmacêutico da 3ª seção do Acampamento*. Talá-Corá, 26 de fevereiro de 1866. In: BR RJ AHEX RE GP Sal Of. Pasta 06, Folder 01, Manuscrito, 1 p.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

---

<sup>10</sup> 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) *Epistemologias do Sul*.  
Coimbra: Almedina, 2010.